

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.789 - SP
(2019/0252865-5)**

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
EMBARGANTE : RUBENS PAIM TINOCO JUNIOR
ADVOGADOS : RUBENS PAIM TINOCO JÚNIOR - SP252581
WAGNER PEREIRA MENDES - SP228224
ELISA SANTA CLARA DE AZEVEDO FERREIRA - SP325256
EMBARGADO : TG SAO PAULO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A
EMBARGADO : FIBRA TG FM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADOS : PAULA LIMA CLASEN DE MOURA - SP190750
NICOLE BRITES GARCIA - SP200260
INTERES. : RONALDO HIROSHI OKADA
ADVOGADOS : DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - SP214918
RUBENS PAIM TINOCO JÚNIOR - SP252581
WAGNER PEREIRA MENDES - SP228224

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão de fls. 842-848 (e-STJ) que conheceu do agravo e deu parcial provimento ao recurso especial, para fixar os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação.

Em suas razões, aponta o ora embargante omissões na decisão ora recorrida quanto à redistribuição de custas e despesas processuais, uma vez que venceu em sua pretensão, e, ainda, quanto aos honorários advocatícios, devidos em fase de recurso, em razão do trabalho adicional desempenhado pelos advogados do vencedor.

Sustenta ademais, obscuridade, eis que "o valor da condenação foi pago ao autor da Ação em agosto de 2018, pairando dúvidas se a atualização determinada pela Ilustre Relatora diz respeito àquela data ou se deve atualizar até a presente decisão ora embargada" (e-STJ, fl. 854).

Requer, outrossim, sejam supridas as omissões apontadas e esclarecida a obscuridade existente acerca da redistribuição das custas e despesas processuais; a fixação de honorários em fase de recurso; e o termo inicial e final da atualização do valor da condenação.

Impugnação às fls. 858-859 (e-STJ), pela rejeição dos presentes embargos de declaração.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes embargos de declaração.

Consoante o artigo 1.022 do estatuto processual civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e (iii) corrigir erro material.

A omissão, definida expressamente pela lei, ocorre na hipótese de a decisão deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento.

O Código de Processo Civil de 2015 considera, ainda, omissa a decisão que incorra em qualquer uma das condutas descritas no artigo 489, § 1º, no sentido de não se considerar fundamentada a decisão que: (i) se limita à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida; (ii) emprega conceitos jurídicos indeterminados; (iii) invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão; (iv) não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador; (v) invoca precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes, nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos; e (vi) deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Sobreleva notar que o inciso IV do artigo 489 do mencionado estatuto processual civil impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Esposando tal entendimento, o precedente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

I - Trata-se de mandado de segurança impetrado contra ato praticado pela E. Quarta Turma desta Corte. Na decisão recorrida denegou-se a segurança.

II - Conforme entendimento pacífico desta Corte: "*O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida. (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra Diva Malerbi (desembargadora Convocada TRF 3ª Região), Primeira Seção, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016)*".

(...)

XII - Agravo interno improvido.

(AgInt no MS n. 24.320/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 15.5.2019, DJe 23.5.2019)

No caso, a decisão embargada enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e suficiente, razão pela qual não merece reparo algum.

Quanto à redistribuição de custas e despesas processuais, verifica-se a ocorrência de sucumbência recíproca, nos termos da sentença de fls. 628-630 (e-STJ).

Saliente-se que esta Corte Superior possui entendimento consolidado, no sentido de que os honorários advocatícios recursais aplicam-se aos casos de não conhecimento integral ou de não provimento do recurso (EDcl no AgInt no REsp n. 1.573.573/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 4.4.2017, DJe 8.5.2017).

Na espécie, o recurso do embargante foi parcialmente provido, não havendo que se falar em majoração de honorários em grau de recurso.

No tocante à atualização do valor da condenação, para fins de honorários sucumbenciais, deve ser considerada a presente decisão ora embargada.

Desse modo, totalmente destituída de pertinência mencionada formulação,

Superior Tribunal de Justiça

uma vez que não se ajusta aos estritos limites de atuação dos embargos, os quais se destinam, exclusivamente, à correção de eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material do julgado.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora